

O MODELO DE CRESCIMENTO E COMÉRCIO NORTE-SUL E A QUESTÃO DA POUPANÇA EXTERNA

Flávio A. C. Basílio¹

Mauricio V. L. Bittencourt²

Artigo preparado e submetido para o XI Encontro Nacional de Economia Política, de 13 a 16 de junho de 2006, Vitória, ES.

Sub-Área: 12 – Economia e Finanças Internacionais

Informação para contato:

Flávio Basílio
UFPR/PPGDE
Av. Pref. Lothário Meissner 3400
Campus III – Jardim Botânico
80210-170 - Curitiba- PR
Fone: (41) 3360-4456

¹ Economista e mestrando em desenvolvimento econômico pela Universidade Federal do Paraná (MDE), flaviobasilio@ufpr.br.

² Professor, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, Brasil (UFPR). mbittencourt@ufpr.br

O MODELO DE CRESCIMENTO E COMÉRCIO NORTE-SUL E A QUESTÃO DA POUPANÇA EXTERNA

RESUMO

Muito se discute sobre qual seria a melhor maneira de se promover o crescimento auto-sustentado das economias capitalistas. Dentro deste contexto, este trabalho tem como principal objetivo apresentar o modelo de crescimento e comércio Norte-Sul, bem como discutir a tese de crescimento com poupança externa, segundo a qual, países que não possuem poupança doméstica capaz de financiar o investimento necessário para impulsionar o crescimento econômico, deveriam recorrer à poupança externa como forma de financiar o seu desenvolvimento. Neste sentido, será demonstrado a incapacidade desta poupança em acelerar o crescimento das economias em desenvolvimento. Assim, os modelos de crescimento Keynesianos são colocados na agenda de discussões como uma forma alternativa de se entender o mecanismo de crescimento sustentado das economias capitalistas. Em particular, a nova arquitetura proposta valoriza a capacidade dos países em desenvolvimento em romper paradigmas estruturais como a baixa elasticidade-renda de suas exportações. Sob este ponto de vista, a possibilidade de se obter taxas expressivas de crescimento, passa, em última instância, por ações de política econômica que visem o incremento tecnológico da pauta de exportações dos países.

Classificação JEL: C22,F43,O11.

Palavras-Chave: Comércio, crescimento, elasticidade-renda, poupança externa.

Sub-Área: 12 – Economia e Finanças Internacionais

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo apresentar o modelo de crescimento e comércio Norte-Sul, bem como discutir a tese de crescimento com poupança externa, segundo a qual, países que não possuem poupança doméstica capaz de financiar o investimento necessário para impulsionar o crescimento econômico, deveriam recorrer à poupança externa como forma de financiar o seu desenvolvimento. Neste sentido, será demonstrada a incapacidade desta poupança em acelerar o crescimento das economias em desenvolvimento.

Assim, os modelos de crescimento Keynesianos são colocados na agenda de discussões como uma forma alternativa de se entender o mecanismo de crescimento sustentado das economias capitalistas. Em particular, a nova arquitetura proposta valoriza a capacidade dos países em desenvolvimento em romper paradigmas estruturais como a baixa elasticidade-renda de suas exportações. Em linhas gerais, pode-se dizer que o padrão de competição no mercado internacional se dá por intermédio de dois vetores, a saber: produtividade e câmbio. No entanto, é importante mencionar que este artigo prioriza a análise e problemática referente ao primeiro vetor.

Sob este ponto de vista, a possibilidade de se obter taxas expressivas de crescimento, passa, em última instância, por ações de política econômica que visem o incremento tecnológico da pauta de exportações dos países. Dado isso, o presente artigo se divide da seguinte forma: esta introdução, a seção 2 que trata do modelo de comércio norte-sul propriamente dito. A seção 3 mostra a questão da abertura da conta corrente e a discussão sobre a relevância da poupança externa como possível instrumento capaz de acelerar o crescimento dos países em desenvolvimento. Na seção 4, serão apresentadas propostas de política com o objetivo de superar a questão do subdesenvolvimento. Os resultados e discussões estão na seção 5 e, por fim, finaliza-se apresentando as principais conclusões.

2. O MODELO DE COMÉRCIO NORTE-SUL

A persistência de desequilíbrios na balança comercial é uma característica marcante da trajetória de crescimento dos países em desenvolvimento e, em especial, dos países da América Latina. Dentro da tradição cepalina esses desequilíbrios são explicados pela lenta e desigual difusão do progresso tecnológico em escala internacional. Este processo deve-se a elementos como assimetrias tecnológicas entre países e que, por seu turno, se traduzem em diferenças de competitividade internacional (PREBICH, 1986). Neste sentido, a permanência das economias em desenvolvimento à guisa do modelo de vantagens comparativas, ou em outras palavras, na especialização de exportações de produtos agrícolas de baixa elasticidade renda e importação de

produtos industriais de alta elasticidade renda, faria com que a necessidade do fechamento das contas externas se tornasse um permanente obstáculo acarretando, portanto, em menores taxas de crescimento no longo prazo.

Um ponto importante que deve ser mencionado diz respeito ao negligenciamento por parte de alguns autores a respeito deste argumento. Primeiramente, o argumento a favor da industrialização por parte dos países em desenvolvimento e a necessidade de intensificação do padrão tecnológico de suas exportações não é, de forma alguma, antagônico ao comércio internacional. Mais ainda, a importância de uma escala mínima de comércio é de fundamental importância para que se obtenha produtos eficientes capazes de competir em escala global.

O modelo de comércio proposto inicialmente por TAYLOR (1991), assume que existem duas regiões e duas classes sociais: trabalhadores que recebem salários e capitalistas que recebem os lucros.

Na primeira região, definida como Norte, as firmas operam no regime de oligopólio e o ajuste entre poupança e investimento é feito através de variações no grau de utilização da capacidade produtiva. A distribuição da renda entre salários e lucros é determinada pela política de formação de preços das firmas, ou seja, pelas suas decisões a respeito do nível da taxa de *mark-up* sobre os custos diretos de produção. A taxa de *mark-up* é tida como uma variável *exógena*; de forma que a distribuição funcional da renda se encontra pré-determinada. Pela equação de formação de preços de KALECKI (1954), os preços dos produtos do Norte são determinados por:

$$P_N = (1 + \tau)W_N b_N \quad (1)$$

onde: P_N são os preços dos produtos do Norte;

τ é o mark-up das empresas;

W_N é o salário nominal dos empregados do Norte

b_N é o requisito unitário de mão de obra no Norte

Portanto, sabe-se que os capitalistas recebem uma participação de $(1 + \tau)/\tau$ da renda e, por seu turno, os trabalhadores recebem uma participação de $1/(1 + \tau)$.

Na segunda região, definida como Sul, as firmas operam no regime de concorrência perfeita. Neste sentido, o preço dos produtos do sul são determinados pelo mecanismo de mercado – interação entre oferta e demanda – e as firmas operam com plena capacidade produtiva. O modelo supõe também que o mercado de trabalho no sul opera de forma análoga ao proposto por LEWIS (1954), ou seja, admite a existência de oferta ilimitada de mão de obra. Neste sentido, tem-se que:

$$Y_S = \frac{K_S}{a_S} \quad (2)$$

onde: Y_S representa a renda do Sul;

K_S representa o estoque de capital do Sul;

a_S é um coeficiente técnico de produção que indica a relação capital-produto.

No Sul, o salário real é determinado por uma convenção social e, portanto exogenamente determinado, como se segue:

$$\frac{W_S}{P_S} = V_S \quad (3)$$

Conseqüentemente, os capitalistas sulinos recebem:

$$\pi_S = (1 - b_S V_S) P_S Y_S \quad (4)$$

onde: W_S é o salário nominal do Sul

P_S é o nível de preços do Sul

V_S é o salário real do Sul

π_S são os lucros dos capitalistas do Sul

b_S é o requisito unitário de mão de obra do Sul

Seguindo o raciocínio de MARX, KALECKI (1954, 1971), KALDOR (1956, 1957), ROBINSON (1956, 1962) e PASINETTI (1962), considera-se que os capitalistas do Norte recebem sob a forma de lucros todo o excedente sobre os salários, poupando uma fração constante de sua renda (s_N). Já os trabalhadores ofertam mão-de-obra e recebem apenas salários, os quais são totalmente gastos em consumo. Tanto os capitalistas quanto os trabalhadores gastam uma fração a de suas despesas com produtos do Sul sendo o restante despendido com produtos do próprio norte. Esta fração é determinada de acordo com a seguinte equação:

$$a = a_o Y_N^{E_N - 1} P^{1 - \mu_N} \quad (5)$$

onde: ε_N é a elasticidade-renda da demanda por importações na região Norte

μ_N é o valor absoluto da elasticidade-preço da demanda por bens importados do Sul.

P indica os preços relativos entre Sul e Norte $P = \frac{P_S}{EP_N}$ em moeda do Norte. E representa a

taxa de câmbio da moeda do Norte em termos da moeda do Sul que, por simplicidade, é normalizada para a unidade.

A partir da equação (5), verifica-se que este tipo de formulação é compatível com uma variedade de suposições a respeito das elasticidades renda e preço da demanda para os dois bens. Por exemplo:

Se $\varepsilon_N = \mu_N = 1$, então a participação do consumo de bens do Norte e do Sul será constante ao longo do tempo.

Se $\varepsilon_N < 1$, então um acréscimo na renda do Norte acarretará em uma redução da proporção consumida dos bens do sul, o que significa que a elasticidade-renda dos bens do Sul é inelástica.

Se $\mu_N < 1$, então a participação do consumo do Norte em termos dos bens do Sul irá aumentar frente uma elevação de P , o que implica que os produtos do Sul terão uma demanda-preço inelástica. Raciocínio inverso acontece se $\mu_N > 1$.

No Sul, os trabalhadores gastam tudo o que ganham exclusivamente com os produtos do Sul, enquanto os capitalistas poupam uma fração s_S da renda, utilizando uma fração β de seu consumo para adquirir bens do Norte. Assim, tem-se que:

$$\beta = \beta_o (\sigma_S Y_S)^{\varepsilon_S - 1} P^{\mu_S - 1} \quad (6)$$

onde: $\sigma_S Y_S$ é a participação dos lucros na renda

As firmas do Norte possuem a seguinte função investimento:

$$\frac{I_N}{K_N} = g_N = \gamma_o + \gamma_1 \left(\frac{Y_N}{K_N} \right) \quad (7)$$

onde: I_N é o montante de investimento realizado no Norte;

g_N é a taxa de crescimento do estoque de capital;

$Y_N / K_N = U_N$ é o grau de utilização da capacidade produtiva;

γ_o e γ_1 são constante positivas, sendo que $\gamma_1 < 1$.

Tal como especificada a função investimento, verifica-se que a mesma só incorpora o chamado efeito acelerador. Segundo STEINDL (1952), as firmas oligopolistas operam com uma margem desejada de capacidade ociosa para estarem prontas para aumentos repentinos na demanda. Por outro lado, a indivisibilidade e a durabilidade da planta e dos equipamentos impede que a capacidade produtiva se expanda *pari passu* ao crescimento do mercado. Esse mecanismo funciona como uma barreira à entrada, ou seja, a manutenção de um excesso de capacidade permite confrontar firmas recém-ingressantes por meio de uma súbita elevação da oferta que reduza os preços.

O modelo supõe que os capitalistas investem toda a fração poupada, sendo que a fração β do investimento é feita a partir dos bens importados do Norte³. Considerando que o estoque de

³ Observe que por trás deste argumento está a idéia cepalina de substituição de importação.

capital não sofre depreciação em nenhuma das regiões, então estas suposições implicam que as exportações do Sul (ou importações do Norte) são dadas pela seguinte função:

$$P_S X_S = \alpha (1 - s_N \pi_N) P_N Y_N \quad (8)$$

onde: $P_S X_S$ é o valor nominal das exportações do Sul;

α é a fração que os consumidores do Norte gastam com produtos do Sul;

$P_N Y_N$ é a renda nominal do Norte;

$s_N \pi_N$ é a fração da renda poupada a partir dos lucros.

Mas, sabe-se também que os capitalistas do Norte recebem uma participação de $(1 + \tau)/\tau$ da renda. Assim, a equação (8) pode ser escrita como se segue:

$$P_S X_S = \alpha \left[\frac{1 + (1 - s_N)\tau}{1 + \tau} \right] P_N Y_N \quad (9)$$

Substituindo (5) em (9), obtém-se:

$$X_S = a_o Y_N^{E_N - 1} P^{1 - \mu_N} \left[\frac{1 + (1 - s_N)\tau}{1 + \tau} \right] \frac{P_N}{P_S} Y_N \quad (10)$$

Defina-se:

$$\Theta_S = a_o \left[\frac{1 + (1 - s_N)\tau}{1 + \tau} \right]$$

Reescrevendo (10), tem-se que:

$$X_S = \Theta_S P^{-\mu_N} Y_N^{E_N} \quad (11)$$

A equação (11) mostra que o nível de exportações do Sul aumenta quando a renda do Norte aumenta, e reduz quando há mudanças nos preços relativos à favor dos bens do Sul.

O valor das importações do Sul é dado pela seguinte equação:

$$P_N X_N = \beta (\sigma_S P_S Y_S) \quad (12)$$

Pela equação (12), verifica-se que os capitalistas do Sul utilizam uma parcela de seus lucros para importar bens de capital, ponderada pelo parâmetro β . Assim, substituindo (6) em (12), encontra-se:

$$X_N = \beta_o (\sigma_S Y_S)^{\varepsilon_S - 1} P^{\mu_S - 1} \frac{(\sigma_S P_S Y_S)}{P_N} \quad (13)$$

Defina-se:

$$\Theta_N = \beta_o \sigma_S^{\varepsilon_S}$$

Reescrevendo (13), tem-se que:

$$X_N = \Theta_N P^{\mu_S} Y_S^{\varepsilon_S} \quad (14)$$

A equação (14) descreve a função exportação do Norte. Verifica-se, desta forma, que um aumento da renda do Sul provoca aumento das exportações do norte e redução das mesmas frente a uma mudança dos preços relativos à favor dos produtos do Norte, tal como prevê a lei de Thirlwall.

No curto-prazo, o estoque de capital⁴ K_i é dado e vale a condição de *Market-Clearing*, sendo que o ajuste no mercado de bens se dá por intermédio de flutuações da produção do Norte ou mudança nos preços dos produtos do Sul, de tal forma que um excesso de demanda por produtos do Sul acarreta em alteração dos preços relativos à favor dos bens do Sul. Este excesso de demanda é dado por:

$$ED_S = C_{SS} + I_{SS} + X_S - Y_S \quad (15)$$

onde: ED_S excesso de demanda por produtos do Sul;

C_{SS} consumo dos produtos do Sul no próprio Sul;

I_{SS} investimento do Sul com insumos do próprio Sul.

Mas, o total de bens produzido no Sul pode ser representado pela seguinte equação:

$$Y_S = C_{SS} + I_{SS} + M_S \quad (16)$$

onde: M_S importações de produtos do Sul pelo Norte

Substituindo (16) em (15), obtém-se:

$$ED_S = X_S - M_S \quad (17)$$

Defina-se:

$$M_S = \frac{X_N}{P}$$

Reescrevendo (17), tem-se que:

$$ED_S = X_S - \left(\frac{1}{P} \right) X_N \quad (18)$$

Por outro lado, um excesso de demanda por produtos do Norte resulta em um aumento do grau de utilização da capacidade produtiva naquela região. Assim, tem-se que:

$$ED_N = C_{NN} + I_{NN} + X_N - Y_N \quad (19)$$

onde: ED_N excesso de demanda por produtos do Norte;

C_{NN} consumo dos produtos do Norte no próprio Norte;

I_{NN} investimento do Norte com insumos do próprio Norte.

⁴ O subscrito i indica Norte e Sul

Mas,

$$Y_N = C_{NN} + S_N + M_N \quad (20)$$

onde: S_N é a poupança agregada do Norte;

M_N importações de produtos do Norte pelo Sul.

Substituindo (20) em (19), encontra-se:

$$ED_N = (I_{NN} - S)_N + (X_N - M_N) \quad (21)$$

Defina-se:

$$M_N = X_S P$$

Reescrevendo (21), tem-se que:

$$ED_N = (I_{NN} - S)_N + (X_N - P X_S) \quad (22)$$

No equilíbrio de curto-prazo, as firmas do Sul estão operando com pleno emprego, enquanto as firmas do norte operam com o grau de capacidade ociosa que elas desejam. Acrescenta-se que a condição de *Market-Clearing* é obedecida e, μ e P são constantes. Portanto, não existe excesso de demanda em nenhum dos mercados, ou seja $ED_i = 0$. Pela equação (18), sabe-se que, em equilíbrio a seguinte relação é válida:

$$P^* = \frac{X_N}{X_S} \quad (23)$$

Observe que a equação (23) indica o preço relativo de equilíbrio entre os produtos do Norte e do Sul. Substituindo (2), (11) e (14) em (23), obtém-se:

$$P = \left(\frac{\Theta_N}{\Theta_S} \right) \frac{(K_S / a_S)^{\varepsilon_S}}{(U_N K_N)^{\varepsilon_N}} P^{\mu_S + \mu_N}$$

Resolvendo para P , encontra-se:

$$P = \left[\left(\frac{\Theta_N}{\Theta_S} \right) \left(\frac{a_S}{K_S} \right)^{\varepsilon_S} (U_N K_N)^{\varepsilon_N} \right]^{\frac{1}{\mu_S + \mu_N - 1}} \quad (24)$$

Pela condição de equilíbrio macroeconômico, sabe-se que:

$$\frac{I_N}{K_N} = \frac{S_N}{K_N} \quad (25)$$

Dado o pressuposto de que toda poupança do Norte é oriunda dos lucros, então a identidade (25) pode ser escrita como se segue:

$$\frac{S_N}{K_N} = \frac{s_N \sigma_N Y_N}{K_N}$$

$$\frac{S_N}{K_N} = s_N \sigma_N U_N \quad (26)$$

Substituindo (26) e (7) em (25) e resolvendo para U_N , obtém-se:

$$U_N^* = \frac{\gamma_0}{s_N \sigma_N - \gamma_1} \quad (27)$$

A equação (27) define o grau de capacidade produtiva de equilíbrio no curto-prazo. Em termos de estabilidade, assume-se o mecanismo Keynesiano, segundo o qual o produto varia positivamente com qualquer excesso de demanda no mercado de bens. Mais ainda, para que o valor de U^* seja estável, o denominador da equação (27) tem que ser positivo. Neste sentido a poupança tem que ser mais sensível que o investimento desejado a variações na utilização da capacidade, algebricamente tem-se que: $s_N \sigma_N > \gamma_1$.

O valor de equilíbrio dos termos de troca pode ser obtido substituindo (27) em (24). Assim, tem-se que:

$$P^* = \left[\left(\frac{\Theta_N}{\Theta_S} \right) \left(\frac{a_S}{K_S} \right)^{\varepsilon_S} \left(\frac{\gamma_0}{s_N \sigma_N - \gamma_1} K_N \right)^{\varepsilon_N} \right]^{\frac{1}{\mu_S + \mu_N - 1}} \quad (28)$$

Substituindo (11) e (14) em (18), encontra-se:

$$\begin{aligned} ED_S &= \Theta_S P^{-\mu_N} Y_N^{E_N} - \left(\frac{1}{P} \right) \Theta_N P^{\mu_S} Y_S^{\varepsilon_S} \\ ED_S &= \Theta_S P^{-\mu_N} Y_N^{E_N} - \Theta_N P^{\mu_S - 1} Y_S^{\varepsilon_S} \end{aligned} \quad (29)$$

Segundo a chamada condição de Marshall-Lerner, se a depreciação real conduzir ao aumento das exportações líquidas, a reação tanto das exportações quanto das importações acaba por se tornar mais forte que o efeito adverso do preço e o efeito final da depreciação será a melhora da

balança comercial. Algebricamente, isso significa que: $\frac{\partial ED_S}{\partial P} < 0$. Diferenciando (29) com

respeito a ED_S e a P , encontra-se:

$$dED_S = -\mu_N \Theta_S P^{-\mu_N - 1} Y_N^{E_N} dP - (\mu_S - 1) \Theta_N P^{\mu_S - 2} Y_S^{\varepsilon_S} dP$$

$$\frac{\partial ED_S}{\partial P} < 0 \Leftrightarrow \mu_N \Theta_S P^{-\mu_N - 1} Y_N^{E_N} > (1 - \mu_S) \Theta_N P^{\mu_S - 2} Y_S^{\varepsilon_S}$$

$$\frac{\partial ED_S}{\partial P} < 0 \Leftrightarrow \mu_N > (1 - \mu_S) P^{\mu_S + \mu_N - 1} \frac{\Theta_N}{\Theta_S} \left(\frac{K_S}{a_S} \right)^{\varepsilon_S} \left(\frac{1}{U_N K_N} \right)^{\varepsilon_N}$$

$$\frac{\partial ED_s}{\partial P} < 0 \Leftrightarrow \mu_s + \mu_N > 1 \quad (30)$$

Para que haja estabilidade local, é necessário que a condição de Marshall-Lerner seja válida.

No longo-prazo, o estoque de capital nas duas regiões cresce de acordo com as seguintes equações:

$$g_N = \gamma_O + \gamma_1 U_N^* \quad (31)$$

Substituindo (27) em (31), encontra-se:

$$g_N^* = \gamma_O + \gamma_1 \left[\frac{\gamma_O}{s_N \sigma_N - \gamma_1} \right] \quad (32)$$

onde: $\frac{\partial g_N}{\partial P} = 0$

A equação (32) descreve a forma pela qual é realizada a acumulação no Norte. Por outro lado, a acumulação do Sul se dá por:

$$S_S = s_S \sigma_S \frac{K_S}{a_{S1}} \quad (33)$$

Como o investimento no Sul é realizado tanto com insumos do Norte (capital) quanto do Sul, e dadas as condições de equilíbrio, então:

$$\frac{I_S}{K_S} = P^\xi \frac{S_S}{K_S} \quad (34)$$

onde: $\xi < 1$

Substituindo (33) em (34), encontra-se:

$$g_S^* = \frac{P^\xi s_S \sigma_S}{a_S} \quad (35)$$

onde: $\frac{\partial g_s}{\partial P} > 0 \quad \frac{\partial^2 g_s}{\partial P^2} < 0$

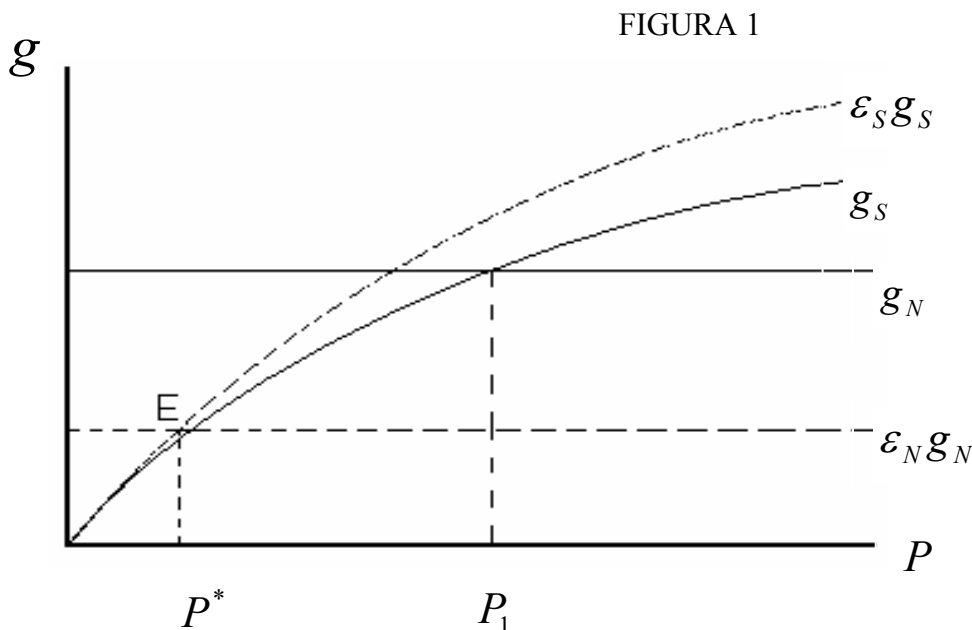
Aplicando logaritmo natural em (28) e, em seguida, diferenciando com respeito ao tempo, tem-se que:

$$\varphi = \frac{1}{\mu_s + \mu_N - 1} (\varepsilon_N g_N - \varepsilon_S g_S) \quad (36)$$

onde: $\varphi = \frac{\dot{P}}{P}$

Pela equação (36), verifica-se que a taxa de variação dos termos de troca depende do hiato entre $\varepsilon_N g_N$ e $\varepsilon_S g_S$. Neste sentido, fica clara a importância do argumento de Prebisch, segundo o qual se os países em desenvolvimento se mantivessem à guisa do modelo Heckscher-Ohlin baseado na hipótese de “vantagens comparativas”, então a especialização por parte destes países na produção de produtos primários, voltados à exportação, com baixas elasticidades de renda e, por sua vez, mantivessem a estratégia de importação de produtos industriais de alta elasticidade de renda, então a necessidade de fechar as contas externas faria com que experimentassem uma tendência a deterioração dos seus termos de troca em relação aos países exportadores de bens manufaturados. Por consequência, o crescimento econômico nestes últimos tenderia a ser maior que nos países exportadores de produtos primários - ($\varepsilon_S > \varepsilon_N$).

Desta forma, a dinâmica de longo-prazo de crescimento das economias, bem como a dinâmica dos termos de troca podem ser apresentadas por intermédio da figura 1.



A equação (36) mostra que para todo $P > P^*$, tem-se que $\varepsilon_S g_S > \varepsilon_N g_N$. Portanto, os termos de troca irão se reduzir ao longo do tempo $\varphi < 0$. Raciocínio análogo é válido para quando $P < P^*$. O estado estacionário se dá no ponto E , onde $P = P^*$ e $\varphi = 0$. Entretanto, no equilíbrio os países do Norte estarão crescendo mais do que os países do Sul ($g_N > g_S$).

3. ABERTURA DA CONTA CORRENTE

Até o presente momento, assumiu-se que o investimento do Sul é financiado exclusivamente pela sua poupança doméstica. Segundo o argumento neoclássico, os retornos dos fatores são

maiores quando os fatores são escassos. Assim, países com menor intensidade de capital e menor renda *per capita* deveriam apresentar taxas mais elevadas de crescimento com ingresso de poupança externa. Desta forma, na ausência de restrições à mobilidade do capital, a poupança movimentará⁵ e, conseqüentemente, aumentará o investimento e o crescimento nesses países. O pressuposto⁶ é que os capitais internacionais tendem a fluir para os países que ofereçam maior remuneração. Sendo a remuneração do capital maior nos países em desenvolvimento, onde ele é escasso, do que nos países desenvolvidos, onde ele é abundante, os capitais deslocariam naturalmente dos países ricos para os países pobres, contribuindo para a atenuação das desigualdades econômicas internacionais.

Segundo esse referencial, os capitais externos são considerados endógenos ao processo de crescimento econômico, uma vez que fluxos livres de capital promovem a eficiente alocação internacional dos recursos, com capitais fluindo em larga escala de países com elevada relação capital/trabalho para países com baixa relação capital/trabalho. Países em desenvolvimento, por possuírem taxas de retorno mais elevadas sobre o capital, teriam ganhos substanciais com os fluxos estrangeiros de capitais. As taxas de investimento aumentariam, bem como a produtividade marginal do trabalho. O país convergiria, desta forma, para níveis de crescimento atingidos pelos países desenvolvidos⁷.

Existem algumas das razões⁸ as quais são apontadas para explicar o fato de uma economia estar operando abaixo do estado estacionário. Dentre elas, destaca-se a má administração macroeconômica evidenciada pelo fenômeno da hiperinflação na América Latina durante os anos 1980. Trabalhando em outra direção, reformas de política econômica que desloquem a trajetória do estado estacionário para cima podem gerar aumentos nas taxas de crescimento ao longo da transição.

A conversibilidade da conta de capitais é vista como um benefício para os países em desenvolvimento, uma vez que estes teriam maior acesso aos mercados internacionais de capitais, gerando, assim, um maior fluxo de poupança externa.

Por trás deste argumento está a hipótese de que o crescimento pode ser estimulado ou induzido por esta poupança. Nas palavras de FRANCO (2001, p.1):

⁵ Eliminadas as restrições à mobilidade de capitais, haveria um aumento contínuo nas transações cambiais e nos fluxos de capitais internacionais, beneficiando os países em desenvolvimento.

⁶ Ver LUCAS, Jr. R. E. (1990).

⁷ Uma importante hipótese dos modelos de crescimento neoclássicos reside no fato de que “entre países que apresentam o mesmo estado estacionário, a hipótese da convergência se sustenta; os países pobres crescerão mais rápido, em média, do que os países ricos”. JONES (2000, p. 56). Seguindo esta linha de argumentação, destacam-se os argumentos de MANKIW, ROMER e WEIL (1992) e BARRO e SALA-I-MARTIN (1992), que chamam este fenômeno de convergência condicional. O significado dessa “convergência condicional” é a confirmação de um resultado previsto pelos modelos neoclássicos de crescimento, segundo aos quais países com estado estacionário semelhantes registrarão convergência.

⁸ Para uma discussão mais aprofundada, ver JONES (1996, 1997 e 2000).

A teoria econômica ensina que é normal e aconselhável que países emergentes tenham déficit nas transações externas em conta corrente. É normal por que esses países tendem a receber poupança externa em quantidade, sob a forma de investimentos diretos e sob a forma de empréstimos. Nestes países são maiores as oportunidades de investimento e menores as disponibilidades de poupança. Assim sendo, países emergentes, graças à poupança externa, podem crescer mais do que seria possível apenas com seus próprios recursos. É estranho quando países emergentes têm superávit em conta corrente e, em consequência, “exportam” poupança. Estranho não, irracional, e apenas ocorre em circunstâncias excepcionalmente ruins: em hiperinflações, ou em consequência de moratórias e coisas desse tipo (...) Também é normal que exista endividamento no exterior, por que o governo e as empresas brasileiras encontram recursos nos mercados internacionais de capitais em taxas e prazos que não estão disponíveis no país. O endividamento externo se segue da tibia do mercado de capitais local, ou da ausência de poupança privada de longo prazo. Não há dúvida que o endividamento externo é necessário e útil para permitir taxas de investimento maiores do que ocorreriam caso não houvesse “poupança externa”.

A conclusão rigorosa à luz do argumento⁹, é que se o fim da política macroeconômica for estimular o investimento, a saída é criar mecanismos para se atrair poupança externa. Em caso de indisponibilidade de poupança externa para complementar a poupança doméstica, o resultado será a restrição ao próprio crescimento, explicado, em última instância, pela insuficiência de poupança doméstica.

Esta análise pode ser modificada admitindo que o sul possa auferir empréstimos do Norte. Logo, se é permitido o endividamento externo por parte do Sul, a sua taxa de acumulação g_s não mais é restrita pela sua capacidade de poupança.

Defina-se: F como sendo o déficit em transações correntes do Sul. Neste sentido, vale a seguinte identidade:

$$PX_s + F = X_N \quad (37)$$

Diferenciando (37) com respeito ao tempo, obtém-se:

$$\begin{aligned} \frac{dP}{dt} X_s + \frac{dX_s}{dt} P + \frac{dF}{dt} &= \frac{dX_N}{dt} \\ \left[\frac{dP}{dt} X_s + \frac{dX_s}{dt} P + \frac{dF}{dt} \right] \frac{1}{X_N} &= \frac{dX_N}{dt} \frac{X_N}{X_N} \\ \left[\frac{dP}{dt} \frac{P}{P} X_s + \frac{dX_s}{dt} \frac{X_s}{X_s} P + \frac{dF}{dt} \frac{F}{F} \right] \frac{1}{X_N} &= \frac{dX_N}{dt} \frac{1}{X_N} \end{aligned} \quad (38)$$

$$\text{Defina-se: } \frac{dP}{dt} \frac{1}{P} = \phi; \quad \frac{dX_s}{dt} \frac{1}{X_s} = x_s; \quad \frac{dF}{dt} \frac{1}{F} = f; \quad \frac{dX_N}{dt} \frac{1}{X_N} = x_N$$

Reescrevendo (38), tem-se que:

$$\left[\phi PX_s + x_s X_s P + fF \right] \frac{1}{X_N} = x_N \quad (38a)$$

Substituindo (37) em (38a), encontra-se:

⁹ Dado a necessidade de poupança prévia, para se aumentar a poupança total tem-se que aumentar a poupança externa.

$$\left[1 - \frac{F}{X_S}\right](\varphi + x_S) + \frac{F}{X_S} f = x_N \quad (39)$$

onde: $\frac{F}{X_S}$ é definido como sendo a razão entre o déficit em transações correntes sobre o valor total das exportações do Sul.

Aplicando logaritmo natural e diferenciando (11) e (14) com respeito ao tempo, obtém-se:

$$\ln X_N = \ln \Theta_N + \mu_S \ln P + \varepsilon_S Y_S$$

$$\frac{\dot{X}_N}{X_N} = \mu_S \frac{\dot{P}}{P} + \varepsilon_S \frac{\dot{Y}_S}{Y_S}$$

$$x_N = \mu_S \varphi + \varepsilon_S g_S \quad (40)$$

$$\ln X_S = \ln \Theta_S - \mu_N \ln P + \varepsilon_N Y_N$$

$$\frac{\dot{X}_S}{X_S} = -\mu_N \frac{\dot{P}}{P} + \varepsilon_N \frac{\dot{Y}_N}{Y_N}$$

$$x_S = -\mu_N \varphi + \varepsilon_N g_N \quad (41)$$

Substituindo (40) e (41) em (39), obtém-se:

$$\left[1 - \frac{F}{X_S}\right](\varphi - \mu_N \varphi + \varepsilon_N g_N) + \frac{F}{X_S} f = \mu_S \varphi + \varepsilon_S g_S$$

Resolvendo para g_S :

$$g_S = \frac{1}{\varepsilon_S} \left\{ (1 - \mu_N - \mu_S) \varphi + \left(1 - \frac{F}{X_N}\right) \varepsilon_N g_N + \frac{F}{X_N} [f - (1 - \mu_N) \varphi] \right\} \quad (42)$$

A partir da equação (42), três equações particulares se configuram. Para o primeiro caso especial, admite-se que o comércio entre Norte e Sul é balanceado ao longo do tempo, então é verdade que: $F = 0$ e $f = 0$. Logo a equação (10) se reduz a:

$$g_S = \frac{1}{\varepsilon_S} \{ (1 - \mu_N - \mu_S) \varphi + \varepsilon_N g_N \} \quad (42a)$$

Para um segundo caso especial, considera-se que os termos de troca não se alteram ao longo do tempo, ou seja, fazendo $\varphi = 0$, então a equação (42) passa a ser dada por:

$$g_S = \frac{1}{\varepsilon_S} \left\{ \left(1 - \frac{F}{X_N}\right) \varepsilon_N g_N + \left(\frac{F}{X_N}\right) f \right\} \quad (42b)$$

Por fim, tanto o comércio entre o Norte e Sul é balanceado, como também os termos de troca permanecem constantes ao longo do tempo. Assim, tem-se que:

$$g_S = \frac{\varepsilon_N g_N}{\varepsilon_S} \quad (42c)$$

A equação (42c) mostra que com comércio balanceado e termos de troca constantes ao longo do tempo, as importações entre as duas regiões têm que crescer à mesma taxa ao longo do tempo. Neste contexto, é possível estabelecer a chamada Lei de Thirlwall, segundo a qual a taxa de crescimento do produto de um país depende da elasticidade-renda da demanda de importação, ou mais precisamente, depende da sensibilidade com que as exportações de um país reagem às variações da renda do resto do mundo.

Pela equação (37), sabe-se que tanto as exportações do Norte quanto as exportações do Sul são positivas. Se o Sul estiver recebendo fluxos de capitais, então $\frac{F}{X_S} > 0$. Mas, como $\varepsilon_S > \varepsilon_N$ e admitindo que o desenvolvimento implica que $g_S > g_N$, então é necessário que $\varepsilon_S g_S > \varepsilon_N g_N$. Portanto, esta condição estabelece que $f > \varepsilon_S g_S > \varepsilon_N g_N$. Admitindo que os termos de troca permanecem constantes, então $f > x_N > x_S$. Isto implica que a dívida líquida do Sul estará crescendo mais rapidamente do que as suas exportações, ou seja, a razão $\frac{F}{X_S} \xrightarrow{t \rightarrow \infty} \infty$.

A evolução da dívida do Sul se dá por intermédio da seguinte função:

$$\dot{D} = F + iD \quad (43)$$

onde: D é a dívida externa do Sul

\dot{D} indica a variação do estoque de dívida externa com respeito ao tempo

i é a taxa de juros incidente sobre o estoque de dívida

Dividindo (43) por D , encontra-se a equação que descreve a taxa de crescimento da dívida externa do Sul.

$$d = \frac{F}{D} + i \quad (43a)$$

onde: $d = \frac{\dot{D}}{D}$

Considerando que no longo prazo a taxa de juros é constante e supondo que o estoque de dívida cresce a uma taxa constante, então a razão F/D também será constante. Admitindo que todo o fluxo de capitais do Norte para o Sul são destinados exclusivamente à aquisição de novas máquinas e equipamentos, então se pode dizer que a dívida externa estará crescendo na mesma magnitude dos novos investimentos. Novamente, se o Sul tentar crescer mais rapidamente do que o

Norte, dadas que $\varepsilon_S > \varepsilon_N$, então a dívida externa estará crescendo mais rapidamente do que o produto.

No entanto, sabe-se que o aumento do grau de endividamento externo torna as economias suscetíveis a crises do balanço de pagamentos, cuja solução passa, necessariamente por uma desvalorização cambial, a qual acarreta em aumento da taxa de inflação, induzindo uma política monetária restritiva com o intuito de se obter o controle dos índices inflacionários. Nas palavras de BRESSER e NAKANO (2003, p. 21)

Depois de alguns anos de enorme acumulação de dívidas externa e interna, a situação financeira se deteriora. Tal deterioração cria expectativas negativas sobre parte das empresas locais e internacionais (...) e a taxa de investimento diminui, levando a recessão. A conseqüente redução das receitas governamentais aumenta perversamente o déficit orçamentário. Por outro lado os credores ficam cada vez mais inquietos. O risco país aumenta, na medida em que a relação dívida externa/exportações cresce muito acima do limite de endividamento. Há tentativas de ataques especulativos. A reversão dos fluxos de capital pode começar por contágio, comportamento de manada e profecia que se cumpre por si mesma. O país está então sujeito ao *default* internacional e a crise interna.

Faz-se necessário, portanto, a introdução de algumas restrições à evolução da dívida externa do Sul.

1ª Restrição: o déficit em transações correntes do Sul como proporção do produto deve ser constante. Logo:

$$\frac{F}{PY_S} = \lambda_1 \quad (44)$$

Aplicando o logaritmo e diferenciando com respeito ao tempo, tem-se que:

$$f = g_S + \varphi \quad (45)$$

2ª Restrição: o déficit em transações correntes como proporção das exportações tem que ser constante. Segue-se que:

$$\frac{F}{PX_S} = \lambda_2 \quad (46)$$

Repetindo o procedimento anterior, encontra-se:

$$f = x_S + \varphi \quad (47)$$

3ª Restrição: a variação da dívida externa como proporção das exportações deve ser constante. Logo:

$$\frac{F + iD}{PX_S} = \lambda_3 \quad (48)$$

Substituindo (45) em (42), obtém-se:

$$g_S = \frac{1}{\varepsilon_S} \left\{ (1 - \mu_N - \mu_S) \varphi + \left(1 - \frac{F}{X_N} \right) \varepsilon_N g_N + \frac{F}{X_N} [g_S + \varphi - (1 - \mu_N) \varphi] \right\}$$

Resolvendo para g_S , encontra-se:

$$g_S = \frac{1}{\varepsilon_S - \frac{F}{X_N}} \left\{ (1 - \mu_N - \mu_S) \varphi + \left(1 - \frac{F}{X_N} \right) \varepsilon_N g_N + \frac{F}{X_N} \varphi g_N \right\} \quad (49)$$

Mantendo os termos de troca constantes $\varphi = 0$, então a equação (49) se reduz a:

$$g_S = \frac{\left(1 - \frac{F}{X_N} \right)}{\left(\varepsilon_S - \frac{F}{X_N} \right)} \varepsilon_N g_N \quad (50)$$

Analisando a equação (50), é possível observar que $g_S > \varepsilon_N g_N / \varepsilon_S$ se $\varepsilon_S < 1$. Por outro lado, se $\varepsilon_S > 1$, $g_S < \varepsilon_N g_N / \varepsilon_S$ e $\frac{F}{X_S} \xrightarrow{t \rightarrow \infty} 0$. Mas, como se viu, esta desigualdade não pode ser satisfeita dado o perfil dos produtos exportados pelo sul, ou seja, produtos com baixa elasticidade renda. Por outro lado, se $\varepsilon_S > 1$, $g_S < \varepsilon_N g_N / \varepsilon_S$ e $\frac{F}{X_S} \xrightarrow{t \rightarrow \infty} 0$. Mas sob esta configuração o Sul não conseguirá superar seu estágio de desenvolvimento.

Substituindo (47) em (49), obtém-se:

$$g_S = \frac{1}{\varepsilon_S} \left\{ (1 - \mu_N - \mu_S) \varphi + \left(1 - \frac{F}{X_N} \right) \varepsilon_N g_N + \frac{F}{X_N} (x_S + \varphi \mu_N) \right\} \quad (51)$$

Mantendo os termos de troca constantes $\varphi = 0$, então a equação (49) se reduz a:

$$g_S = \frac{\varepsilon_N g_N}{\varepsilon_S} \quad (52)$$

onde: $x_S = \varepsilon_S g_S$.

Portanto, mesmo que o Sul possa experimentar fluxos internacionais de capitais para financiar seus projetos de investimento e, desta forma, vir a crescer mais rapidamente do que o Norte, o problema estrutural da elasticidade renda das exportações volta a aparecer como a verdadeira restrição de longo-prazo de crescimento do Sul. Mais ainda, enquanto $\varepsilon_S > \varepsilon_N$ e houver algum tipo de restrição externa ao crescimento, o desenvolvimento permanecerá desigual ao longo do tempo.

4. AS AÇÕES DE POLÍTICA

Feito este diagnóstico, para que se supere esta situação de permanente subdesenvolvimento, cabe aos governos destes países adotarem um conjunto de políticas que visem a mitigar as distorções entre as elasticidades dos dois grupos de países. Assim, faz-se necessário a operacionalização de uma política industrial capaz de reforçar, no plano da economia mundial, a adequação da produção nacional ao comércio internacional no sentido de conferir o dinamismo necessário aos bens comercializáveis (*tradable goods*). O caminho da política industrial reside, em primeiro lugar na sua sintonia com a política macroeconômica. Em seguida, de acordo com COUTINHO (2002), faz-se necessário três esferas de intervenção, a saber:

- a) Reforços aos fundamentos legais e institucionais para o funcionamento dos mercados;
- b) Ação redutora de riscos financeiros e inovacionais;
- c) Criação de sinergias através da promoção da cooperação.

Dentro do primeiro tópico, entende-se como necessária a garantia e a vigência dos direitos de propriedade e, acima de tudo, assegurá-los através de um sistema judiciário ágil e eficaz. “A prevalência desses direitos é relevante como incentivo econômico em áreas onde a questão da aprovação não é clara e inequívoca, como é o caso da propriedade intelectual” (COUTINHO 2002, p. 206).

No segundo tópico, destaca-se a presença de assimetria de informações no mercado de capitais cujos efeitos possuem grande influência sobre o comportamento da aversão ao risco por parte dos agentes econômicos. A assimetria de informações faz com que o processo de tomada de decisões seja mais difícil e dificulta a diversificação de riscos na economia. Assim, mudanças nas percepções de riscos por parte dos agentes decorrentes de choques monetários, reais, ou mesmo uma mudança nas expectativas, faz com que as empresas revejam seus programas de investimento, levando os bancos a racionar crédito.

Deste modo, a presença de assimetria de informações implica que os mercados falham em ajustar-se ótima e automaticamente às situações de desequilíbrio entre oferta e demanda. Ou seja, o mercado e o sistema de preços não são, na maioria das vezes, o mais eficiente mecanismo de decisões econômicas de alocação de recursos escassos. Tendo em vista os argumentos teóricos desenvolvidos, segue-se a proposta de controles de capitais com os seguintes objetivos¹⁰:

- i. Permitir maior autonomia da política monetária ao se desvincular a taxa de juros doméstica da condição de paridade descoberta da taxa de juros;
- ii. Alcançar maior equilíbrio no saldo em transações correntes do balanço de pagamentos, ao impedir grandes reversões nos fluxos de capitais, tanto na entrada quanto na saída;

¹⁰ Os argumentos apresentados baseiam-se no trabalho de DE PAULA, OREIRO, COSTA DA SILVA (2003).

- iii. Reduzir a volatilidade do mercado cambial, visando melhores condições à administração da política monetária.

No que tange à redução dos riscos de inovação tecnológica, deve-se priorizar tratamentos fiscais privilegiados para as atividades de P&D e as inversões em capital fixo. Complementarmente, implementar esquemas especiais de atração de investidores estrangeiros em setores intensivos em tecnologia com viés exportador (COUTINHO, 2002).

Quanto ao terceiro tópico, deve-se articular a criação de clusters e implementar incentivos fiscais regionais e locais, aliados a chamada engenharia institucional necessária para coordenar distintas instâncias de poder, como as esferas municipal, estadual e federal em torno de projetos consistentes (COUTINHO, 2002). Assim, a combinação entre capital privado e público e de uma oferta de mão-de-obra com qualificações específicas com condição suficiente para a criação de mudanças tecnológicas que serão as responsáveis pela propulsão do desenvolvimento econômico do país.

5. EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS: O CASO BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Como resultado empírico do modelo, é fundamental comparar a elasticidade de importação do Sul e do Norte. Para tanto, optou-se por comparar o comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos. Para fins de modelagem econométrica, utiliza-se dados trimestrais das séries relativas às economias brasileira e americana, compreendendo o período do primeiro trimestre de 1996 ao terceiro trimestre de 2005.

O modelo a ser estimado foi segue e especificação de Houthakker & Magee (1969):

$$\log M_t = A_0 + A_1 \log Y_{St} + A_2 \log \varepsilon_t + \mu_t \quad (53)$$

$$\log X_t = B_0 + B_1 \log Y_{Nt} + B_2 \log \varepsilon_t + \nu_t \quad (54)$$

Onde¹¹: M_t são as importações (FOB) do Brasil;

Y_{St} é o PIB do Brasil;

ε_t é o câmbio real efetivo – Estados Unidos

X_t são as exportações (FOB) do Brasil;

Y_{Nt} é o PIB dos Estados Unidos;

Os teste de estacionariedade de Dickey-Fuller Aumentados (ADF) indicaram que todas as variáveis sob análise são integradas de ordem 1, ou seja, as mesmas são I(1), exceto a série do PIB

¹¹ As séries de exportação e importação foram extraídas do sistema Alice do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A série do PIB brasileiro teve como fonte o Banco Central do Brasil. O PIB americano teve como fonte o Bureau of Economic Analysis. E, por fim, a série do câmbio real efetivo Estados Unidos foi extraída do IPEA.

dos Estados Unidos, a qual se mostrou ser I(2). O teste Phillips-Perron, por sua vez, indicou que todas as séries são I(1). Os resultados¹² da regressão por mínimos quadrados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultado da regressão $\log X_t = B_0 + B_1 \log Y_{N_t} + B_2 \log \varepsilon_t + \nu_t$

Variáveis	Coefficientes	Estatística t
C	18,64	12,61*
LNPIBUS	$3,65 \times 10^{-12}$	10,26*
LNCAMBIOREAL	-0,06	-0,18
R2 Ajustado	0,91	
Durbin-Watson	1,90	

Onde: LNPIBUS = $\ln Y_{N_t}$; LNCAMBIO = $\ln \varepsilon_t$; (*) estatisticamente significativo a 1%.

Tabela 2 – Resultado da Regressão $\log M_t = A_0 + A_1 \log Y_{S_t} + A_2 \log \varepsilon_t + \mu_t$

Variáveis	Coefficientes	Estatística t
C	4,11	0,82
LNPIBBR	0,60	4,14*
LNCAMBIOREAL	0,51	1,26
R2 Ajustado	0,57	
Durbin-Watson	2,12	

Onde: LNPIBBR = $\ln Y_{S_t}$; LNCAMBIO = $\ln \varepsilon_t$; (*) estatisticamente significativo a 1%.

De acordo com os dados obtidos, verificou-se que é possível que haja relação de co-integração entre estas séries. Com o intuito de verificar isto, é aplicado o método de Johansen, e com o objetivo de verificar o número de vetores de co-integração existentes, é utilizado o teste do traço (λ -traço). Para escolher o melhor modelo, foram comparados os valores para o critério de Schwartz, e selecionada a opção com o menor valor calculado para este parâmetro. A análise de co-integração vem averiguar se existe uma combinação linear entre as variáveis que possa ser estacionária, ou seja, testar a co-integração de um sistema multiequacional é verificar se no longo prazo as variáveis do modelo convergem para relações de equilíbrio. Os testes indicam que existe uma equação de co-integração, ou seja, uma combinação linear dessas variáveis cuja série de resíduos seja estacionária. Os resultados são apresentados na tabelas 3.

¹² A estatística Durbin-Watson indicou a presença de autocorrelação dos resíduos para as duas regressões. Para tanto, utilizou-se como forma de correção o método Iterativo de Cochrane-Orcutt.

Tabela 3 – Resultados Vetor de Correção de Erros -

D(LNIMPORT)		D(LNIMPORT)	
C	-8,40	C	-9,30*
	-1,33		-1,68
LNPIBBR	0,38*	LNPIBUS	0,35*
	1,76		1,73
LNCAMBIO	-0,28	LNCAMBIO	-0,04
	-0,98		-0,21
R2	0,77	R2	0,42

(*) Estatisticamente significativa a 5%.

Pode-se dizer que a magnitude das elasticidades se mantém. Ou seja, verifica-se que de fato a elasticidade-renda do Brasil é superior à elasticidade-renda dos Estados Unidos ($\varepsilon_S > \varepsilon_N$), tal como o modelo norte-sul propõe.

6. CONCLUSÃO

Analisando as economias em desenvolvimento sob a ótica dos modelos keynesianos, conclui-se que o processo de crescimento sustentado necessita que os investimentos tenham como foco principal o incremento tecnológico das exportações dos países a fim de reduzir substancialmente a elasticidade-renda das exportações possibilitando, à luz dos ensinamentos do modelo de crescimento e comércio Norte-Sul, taxas mais elevadas de crescimento por parte destes países. Acrescenta-se que a possibilidade de um melhor aspecto distributivo, bem como a necessidade de transformação econômico-social destes países, requer, em última instância, que as ações de política econômica tenham como foco criar as condições para a retomada do investimento em nível adequado com a necessidade de crescimento do produto e do emprego. Dentro da tradição Keynesiana, a responsabilidade de criação do ambiente seguro e positivo para o crescimento econômico depende do Estado, sendo necessário, portanto, a orquestração de todos os segmentos produtivos e financeiros em torno de um projeto comum de desenvolvimento.

Como se viu, a grande restrição ao crescimento é uma questão estrutural e não conjuntural em razão da natureza da restrição externa. Neste sentido, a política econômica baseada nos modelos neoclássicos de crescimento que têm como foco a estratégia de crescimento com poupança externa, bem como a implementação da irrestrita liberalização financeira como condição indispensável para se lograr taxas mais elevadas de crescimento é uma estratégia equivocada, uma vez que no longo-prazo o problema da restrição externa inibe o crescimento econômico dos países receptores de poupança. Pode-se dizer, portanto que, de fato, o grande problema das economias em desenvolvimento é a restrição externa ao crescimento, em especial o caráter perverso das elasticidades. Logo, para que se atenda os objetivos de longo-prazo como crescimento, pleno

emprego e distribuição de renda, faz-se necessário uma mudança drástica do perfil das exportações dos países em desenvolvimento.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRESSER, L. C.; NAKANO, Y. (2002). Uma Estratégia de Desenvolvimento com Estabilidade. **Revista de economia política**, vol. 22, n.3.

BRESSER, L. C.; NAKANO, Y. (2003). **Crescimento Econômico com Poupança Externa?** Revista de Economia Política, vol. 23, n.2

COUTINHO, L. G (2002). **Marcos e desafios de uma política industrial contemporânea.** Seminário “50 anos do BNDES – Desenvolvimento em Debate”. Rio de Janeiro (mimeo).

CURADO, M.; PORCILE, G (2002). Technology, Capital Flows and the Balance of Payments Constraint in a Structuralist North-South Model. **Revista de Economia Contemporânea**, 6(2), 37-50.

DOLLAR, D. & WOLFF, E. N. (1993). **Competitiveness, Convergence and International Specialization.** MIT Press, Cambridge, Massachusetts.

DUTT, A. K. (1988). Income inelasticity of demand for Southern goods, international demonstration effects and uneven development. **Journal of Development Economics**, 29(01), July 111-122.

DUTT, A. K. (1990). Growth distribution and uneven development. Cambridge: **Cambridge University Press.**

DUTT, A. K. (1996). Southern primary exports, technological change and uneven development. **Cambridge Journal of Economics**, 20(1), January, 73-89.

DUTT, A. K. (2002). Thirlwall's law and uneven development. **Journal of Post Keynesian Economics**, 23(3), Spring.

FRANCO, G. H. B. (1996). **A inserção externa e o desenvolvimento.** Departamento de Economia PUC-RJ. Texto para Discussão.

GREENE, W. (2003). *Econometric Analysis*, 5th Edition, Prentice Hall.

GUJARATI, D. **Econometria Básica.** 3^a Edição, Makron Books.

HOUTHAKKER, H.S. & MAGGER, S.P. (1969). Income and price elasticities in world trade. **Review of Economic Statistics**, May, 51(2), 111-125.

HYLLEBERG, S.; ENGLE, R. F; GRANGER, C. W. J; e YOO, B. S. (1990) Seasonal integration and co-integration. **Journal of Econometrics**, 44, p. 215-238.

HIRSCHMAN, A.O. (1958). **The Strategy of Economic Development.** New Haven: Yale University Press.

- JONES, C.I (1996). **Convergence Revisited**. Stanford University mineo
- JONES, C.I (1997). **On the Evolution of the World Income Distribution**. Jornal of Economic Perspectives 11.
- JONES, C.I (2000). **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. Stanford University mineo
- KALDOR, N. (1956). Alternative Theories of Distribution. **Review of Economic Studies**, 23:2.
- KALDOR, N. (1957). A Model of Economic Growth. **Economic Journal**, 67.
- KALECKI, M (1954). **The Theory of Economic Dynamics**. Allen & Unwin: Londres.
- KALECKI, M (1971). Selected Essays on the Dynamics of the Capitalist Economy. **Cambridge University Press**.
- LEWIS, W. A. (1954). **Economic Development with Unlimited Supplies of Labour**. The Manchester School, vol. 22, no. 2, pp. 139-191.
- LUCAS, Jr. R. E. (1990) Why doesn't capital flow from rich to poor countries? **American Economic Review Paper and Proceedings**, 90, 92-96.
- McCOMBIE, J.S.L & THIRLWALL, A.P. (1994). **Economic Growth and Balance of Payments Constraint**. New York: St Martin's Press.
- OREIRO J.L. (2002). **Prêmio de Risco Endógeno, Metas de Inflação e Câmbio Flexível**: implicações dinâmicas da hipótese Bresser-Pereira para uma pequena economia aberta. Revista de Economia Política, 22(3), 2002.
- OREIRO, J.L. (2004a). **Autonomia da Política Econômica, Fragilidade Externa e Equilíbrio do Balanço de Pagamentos**: A Teoria do Controle de Capitais. Revista de Economia Política, no prelo.
- PASINETTI, L. (1962). The Rate of Profit and Income Distribution in Relation to the Rate of Economic Growth. **Review of Economic Studies**, 29.
- PAULA, L.F.; OREIRO, J.L. JONAS, G. (2003). **Fluxos e Controles de Capitais no Brasil: avaliação e proposta de política**. In Sicsú, J.; Oreiro, J.L; Paula, L.F. Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços. Manole: São Paulo.
- PREBICH, R. (1986). **Notes on trade from the standpoint of the periphery**. Cepal Review, 28:203-214.
- PREBISCH, R. (2000). **Problemas Teóricos e Práticos do Crescimento Econômico**. In Ricardo Bielschowsky (org.) "Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL". Record
- ROBINSON, J. (1956). **The Accumulation of Capital**. London: Macmillan.
- ROBINSON, J. (1962). **A Model of Acumulation in Sen Growth Economics**. Penguin Books: Middlesex [ano da edição : 1970].

STEINDL, J. (1952). Maturity and Stagnation in American Capitalism. Nova York: **Monthly Review Press**.

TAYLOR, L. (1991). **Inflation, Income Distribution, and Growth: Lectures in Structuralist Macroeconomics**. MIT Press, Cambridge, MA.